

5. Conclusões

Com a progressiva desagregação da administração romana do território alguns espaços peninsulares parecem ter ficado à margem das tentativas de organização sueva e posteriormente visigótica, o que teria permitido à ascensão dos senhores locais, que tendem a ganhar poder ao longo do vasto período de três séculos que mediaram a entrada dos Suevos e Visigodos na Península e a invasão muçulmana. A Igreja exerce neste longo espaço de tempo um papel preponderante na organização dos territórios, assumindo-se com a verdadeira herdeira da administração e da cultura romana.

Este vasto período é uma incógnita na área deste estudo. Os dados arqueológicos são raros e a escassa documentação escrita existente para esta época não dá luz a este espaço. Almeida Fernandes (1968), na análise que fez do *Parochial Suevo*, identifica a paróquia de *Coleia* na Encosta Noroeste da Serra da Estrela. Porém a descoberta da *Civitas Cobelcorum* na área de Almofala veio levantar a hipótese de esta paróquia sueva poder corresponder à antiga *civitas* romana, pelo que a ligação de Coleia com Gouveia deixaria assim de fazer qualquer sentido. Jorge de Alarcão (2001) ao localizar uma outra paróquia na área da Serra da Estrela¹⁵¹ acaba por abrir a hipótese da área arqueológica do Freixial/Safail poder corresponder àquela eventual paróquia. Trata-se, no entanto, de uma suposição que permitiria a integração do espaço da Encosta Noroeste da Serra da Estrela na rede de paróquias referenciadas no documento suevo. As paróquias não deveriam ter, tal como defende Mattoso (1988), uma delimitação estanque, mas devem ter tido um papel preponderante como pólo aglutinador das populações e um marco organizativo do território. A igreja como factor de coesão populacional durante a Alta Idade Media é defendida por diversos autores, as igrejas centralizariam não só o culto religioso como as funções de controlo administrativo e fiscal (López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999; López Quiroga, 2004).

As antigas *villae* romanas devem ter continuado a ser ocupadas e devem ter constituído outro pólo organizativo do território. Em alguns casos, essas *villae* ter-se-iam transformado em centros religiosos (Gutiérrez González, 1996), fazendo coincidir dois tipos de espaços centralizadores: a *villa* e a igreja. Algumas dessas igrejas seriam certamente paroquiais. Para Jorge de Alarcão (1998), as *villas* medievais não seriam herdeiras das *villae* romanas, argumentando que as *villas* medievais teriam origem nas igrejas, paroquiais ou não, sendo responsáveis pela polarização do povoamento, entre os séculos IX e XI. A transformação de algumas das *villae* em centros religiosos importantes leva a questionar, porém, esta teoria. Efectivamente, se a transformação directa das *villae* em *villas* medievais poderá ser discutível, já a transformação de uma *villa* em centro religioso/igreja e da igreja numa *villa* medieval é, em diversos casos, uma realidade¹⁵².

No território estudado não há claros indícios de uma estrutura paroquial ou da polarização do povoamento em redor de igrejas. Aliás, os edifícios de carácter religioso não se encontram claramente documentadas nem a nível arqueológico, nem a nível documental, o que dificulta a análise do papel que as estruturas religiosas poderiam ter tido na estrutura do povoamento da encosta noroeste serrana. Existem alguns indícios que permitem supor que no Freixial/Safail, a antiga *villa* se poderia ter transformado num local de culto, sem que, contudo, se possa ter transformado numa *villa* medieval ou numa aldeia. A antiga *villa* romana do Risado poderá ter sido a origem de uma aldeia medieval documentada desde o

século XII, ainda que não haja uma efectiva correspondência dos espaços. No caso do Aljão, a situação é mais complexa. No espaço da antiga *villa*, em determinado momento, parece ter sido construído um templo que terá agregado enterramentos¹⁵³ e que pode corresponder a um dos poucos templos documentados nesta área, que teriam agregado em seu redor alguma população. Este espaço é, no entanto, denominado de *villa* no documento do século XII¹⁵⁴, sem que se tenha transformado na viragem para a Baixa Idade Média numa vila ou mesmo numa aldeia. Uma análise mais atenta do documento de 1140/41 permite, porém, concluir que o termo denominaria uma propriedade com terras de cultivo diversas e terras incultas às quais estava associada uma área habitacional (*domibus*)¹⁵⁵.

A principal questão que se coloca na análise diacrónica destes espaços é se há uma continuidade desde a sua fundação romana até aos fins do século XII ou se, pelo contrário, existem hiatos na sua ocupação. Se assim foi, o que terá motivado a sua reocupação? A riqueza das terras, aliada a orografia, propicia aos trabalhos agrícolas, e a disponibilidade de recursos hídricos? Certamente que esses poderiam ter sido factores determinantes, mas a coincidência espacial dos edifícios romanos e medievais identificada no Aljão permite pensar que, tratando-se de uma reocupação, haveria pelo menos memória desses espaços, talvez perpetuada pelo facto de se terem transformado em centros de culto. Assiste-se assim a uma permanência da ocupação de alguns espaços de povoamento romano, cuja continuidade é impossível, por agora, determinar.

A conquista muçulmana do século VIII não foi acompanhada, nesta área, de uma nova organização territorial que permitisse o controle dos novos territórios, aliás as circunscrições territoriais muçulmanas (*kura*) respeitavam normalmente as divisões diocesanas. É provável que, nesta área marginal, o exercício do poder islâmico se consubstanciasse na cobrança, mais ou menos regular, de tributos às populações locais e aos seus mais altos dignitários. Também não é de descurar que no largo período em que, politicamente, a encosta noroeste da Serra da Estrela esteve sob domínio muçulmano, se tivessem aqui instalado populações vindas do Sul, com o intuito de, pelo menos, comerciar. Ainda que a informação disponível seja escassa, está documentada a presença de muçulmanos em Seia. Em 1023, um nobre da região do Vouga tem cativo um mouro oriundo de Seia, ao qual era atribuído o valor de 300 soldos. Este alto valor faz supor que pertencesse a uma família com alguma importância (Mattoso, 1998, p. 15). O que não é possível saber é se o cativo estava efectivamente estabelecido em Seia ou se terá sido capturado numa incursão cristã a esta região, onde se encontraria ocasionalmente.

O golpe de misericórdia da estrutura do povoamento romano parece, enfim, ter ocorrido a partir desta época. A invasão muçulmana e os avanços e recuos da conquista/reconquista teriam desarticulado a estrutura do povoamento romano. Em consequência, a população terá reorganizado a sua forma de ocupar o espaço.

Assiste-se a uma progressiva deslocação do povoamento para altitudes mais elevadas, reforçando-se a ocupação habitacional da encosta serrana e dos altos planaltos, reocupando-se ou reforçando-se o povoamento de antigos espaços romanizados cuja função era o controle de vias, como Folgoso ou mesmo Gouveia. Vêm-se surgir novos espaços organizadores do território em locais destacados com potencial defensivo, sem que haja uma correspondência com espaços anteriormente romanizados; parece ser esta a interpretação para Linhares. Mesmo os aglomerados habitacionais que teriam permanecido nas áreas do vale terão tido necessidade de criar ou recriar locais de defesa; assim surgem a reocupação do Castelo ou a construção do refúgio roqueiro do Penedo dos Mouros.

Após a conquista muçulmana da região, e à semelhança do que parecer ter acontecido no curso médio do Douro (Teixeira, 2001), consegue-se individualizar pelo menos dois momentos na estruturação do povoamento alto-medieval:

I

Um de motor certamente local, que devido a ausência de um poder centralizado (face aos avanços e recuos do controle político cristão e muçulmano), e à própria geografia do espaço, terá sido responsável pela dispersão do povoamento, bem patente na análise da dispersão dos vestígios sepulcrais e de habitat estudados e na construção de algumas estruturas defensivas, como a do Penedo dos Mouros. Desconhecemos se existiriam mais estruturas semelhantes nesta área, mas é provável que, quer em Gouveia, quer mesmo em Folgoso ou Linhares tivessem existido estruturas defensivas, que teriam antecedido as estruturas fortificadas reconhecidas pela documentação do século XI. É sintomático que destas estruturas não haja sequer uma luz na documentação, reforçando em certa medida a atribuição da sua construção à iniciativa das populações locais.

Nesta fase, as estradas romanas continuariam a ser usadas, mas também se deveriam trilhar novos caminhos que satisfizessem as necessidades da nova estrutura de povoamento e que garantissem a defesa das pessoas e bens em momentos mais conturbados.

2

Num segundo momento, é possível vislumbrar a intervenção de um poder mais centralizado e certamente mais personificado, ainda que não seja possível esclarecer quem o exerceria nesta zona. É a esse poder supralocal¹⁵⁶ que se deverá atribuir a construção da estrutura de defesa constituída pelos castelos das faldas da serra e a construção dos acessos que os interligavam¹⁵⁷. Esta estruturação supralocal da defesa do território, que emerge da análise da rede de fortificações existentes no século XI, deve estar associada à progressiva senhorialização do espaço. É provável que a mesma possa ter origem na *civitas* de Seia¹⁵⁸, que é constituída após as conquistas ocorridas no reinado de Afonso III das Astúrias (Teixeira, 2001, p. 464), uma vez que é expectável que a restante encosta noroeste estivesse englobada nesta circunscrição. Se assim ocorreu, então é possível que a rede de fortificações, tal como está documentada a partir do século XI, possa ter efectivamente origem na organização político-militar de Afonso III. A dificuldade reside na individualização dos agentes desta organização. Os dados arqueológicos nesse campo não têm a capacidade de nos mostrar os actores, mas apenas o resultado da sua intervenção, e infelizmente, a documentação disponível para esta cronologia e território é tão escassa e lacónica que não permite a sua identificação.

Pode-se supor que terá sido durante o século X que se terão desmembrado progressivamente os espaços de defesa de iniciativa local como o Castelo ou o Penedo dos Mouros, cuja relevância estratégica era reduzida face a uma organização mais regional do território. Em simultâneo, ter-se-ia iniciado a senhorialização dos locais estratégicos, que poderiam até então ter estado entregues a pastores e camponeses, como Linhares, Folgoso ou mesmo Gouveia.

Contudo, a tentativa régia de controlo do espaço recém-conquistado através dos seus delegados não atinge os seus objectivos. Efectivamente, aquando da investida de Al-Mansur nos fins do século X, o poder condal estava enfraquecido e o poder das autoridades locais reforçava-se. A senhorialização do espaço serrano deve ter continuado, mas agora com novos agentes. Certamente são estes senhores locais que vemos emergir após a consolidação cristã da fronteira do Mondego, resultante das campanhas de Fernando Magno em meados do século XI, e que verão o seu poder sancionado pelo próprio rei conquistador¹⁵⁹. Uma vez mais, Seia emerge, agora como cabeça-de-terra. O território estudado, ou pelo menos parte dele, deveria estar englobado no território capitaneado pelo castelo de Seia, cujo controle territorial assentaria na rede de castelos e atalaias identificadas ao longo deste trabalho.

É também nesta segunda fase, mas num momento mais tardio, que devemos integrar a acção régia. A autoridade real nesta área exprime-se quer através da venda de territórios

“conquistados” como a *villa* do Aljão, quer através da atribuição de cartas de foral. As cartas de foral tipo salmantino atribuídas a Gouveia, Folgoso, Linhares e Celorico levantam várias questões relativamente à estruturação do povoamento. Todas as cartas têm como objectivo incentivar o povoamento na região, julgando-se à partida que a zona estaria carenciada de população. No entanto, esta dedução directa deve ser vista com algumas reservas. Parece inequívoco que o rei procurava efectivamente incentivar a fixação de população em determinados pontos essenciais para a defesa do território conquistado pela recente coroa portuguesa¹⁶⁰, num espaço que foi até fins do século XII terra de fronteira; basta relembrar o ataque leonês a Celorico ocorrido em 1189¹⁶¹. A acção régia poderá, todavia, ter, neste contexto, outras leituras: não poderia querer controlar igualmente a expansão do poderio de outros senhores na região, que pudessem colocar em causa as suas próprias pretensões e a permanência desse território sob a coroa portuguesa? Ou, em contrapartida, não poderia estar o rei a tentar disciplinar e enquadrar em termos administrativos e fiscais camponeses e pastores habituados a uma certa autonomia? Uma coisa é certa: o território não estava desertificado e em determinadas áreas mais montanhosas gozava de uma modesta vitalidade populacional¹⁶² e, certamente económica, principalmente no sector pastoril¹⁶³.

As aldeias que vemos emergir da documentação a partir dos séculos XIII e XIV devem ter origem na concentração populacional ocorrida a partir do século XII. Ao cruzarmos os dados dos sítios com ocupação alto-medieval com a localização das aldeias da Baixa Idade Média da encosta noroeste da Serra da Estrela, que maioritariamente correspondem às grandes aldeias actuais, verifica-se existirem algumas coincidências geográficas¹⁶⁴. Efectivamente, as necrópoles de maiores dimensões estão, sem excepção, próximas de aldeias actuais, fazendo crer que alguns espaços alto-medievais de maiores dimensões teriam evoluído para uma concentração habitacional do tipo aldeia, antes do seu aparecimento na documentação da Baixa Idade Média.

Em contrapartida, os agrupamentos mais pequenos de sepulturas surgem com mais regularidade em espaços hoje desabitados, ainda que, em casos mais raros, estejam geograficamente relacionados com aldeias actuais. Embora nestes casos seja mais difícil fazer remontar à época alto-medieval a origem do espaço habitacional tipo aldeia, é possível presumir que de um espaço habitacional familiar alto-medieval, a ocupação humana pudesse ter evoluído para núcleos de maiores dimensões.

Esta situação poderá ter acontecido em Nespereira, Aldeias, Figueiró da Serra, Paços da Serra, Vinhó, Lagarinhos e Ratoeira. Em todas estas aldeias, foram identificados locais em que se associam sepulturas escavadas na rocha e materiais cerâmicos integráveis na Alta Idade Média. Como as aldeias tiveram um forte crescimento urbano, principalmente durante a época moderna, podem hoje ocultar outros indícios que permitiriam não só compreender o fenómeno de agrupamento habitacional ocorrido, como também datá-lo.

A centralização é certamente contemporânea da senhorialização deste espaço, processo, que se iniciou antes, terá só ganho fôlego com a ascensão dos terra-tenentes, no século XI. A partir daí as populações, mais ou menos livres, vão progressivamente submeter-se ao poderio dos diversos senhores que aparecem em cena, cuja luta pelo controle do território e seus dependentes (Pina, 2000) ficou bem patente nas Inquirições de 1258.

A imagem que foi possível traçar dá a ideia de um território marcado quer pela montanha quer pela marginalidade face ao poder ao longo de vários séculos. Aqui, as populações locais organizaram-se para fazer frente aos avanços e recuos da conquista/reconquista e aos particularismos e à instabilidade de uma terra de fronteira. Só após a fixação definitiva da linha do Mondego é possível começar a vislumbrar a intervenção de um poder senhorial que levará progressivamente às alterações do povoamento, bem patentes no início da Baixa Idade Média.